ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMITÊ PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO
PROJETO-PILOTO: AUDIÊNCIAS VIRTUAIS INDIVIDUALIZADAS COM SERVIDORES/AS E A COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO TJPB DE 2021

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de 2021, pelas 09:30h, por videoconferência, foi realizada a **segunda reunião do Projeto-Piloto das Audiências Virtuais Individualizadas** com Servidores/as e a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), encontrando-se presentes o Desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, Presidente do Comitê, Marieta Dantas Tavares de Melo, Gerente de Engenharia e Arquitetura, Daniela Menezes, substituta temporária da Gerente de Qualidade de Vida, Daiane Lins da Silva Firmino, Pedagoga indicada pela Escola Superior de Magistratura e Maria do Socorro Belarmino de Souza, Pedagoga da 2ª Vara da Infância e Juventude de João Pessoa. Aberta a reunião pelo Presidente do Comitê, Des. Romero, passou-se a palavra à Carol, Gerente de Projetos e Gestão Estratégica, explicando que esta Audiência Virtual Individualizada é a continuidade do Projeto-Piloto para a oitiva do/as Servidore/as que responderam o questionário sobre "Pessoa com Deficiência", bem como a metodologia utilizada nestes encontros virtuais, e que são abertos Processos Administrativos, com os Relatórios gerados, a fim de ciência e providências necessárias pela Presidência. Carol também informou sobre a participação de Sidney Brito da Silva, Gerente de Controle Interno, tão logo fossem concluídas as oitivas das duas Servidoras agendadas para este momeneto, respeitando o horário e tempo delimitados para cada uma.

ASSUNTOS GERAIS:

Após o término da declaração da primeira Servidora, houve questionamento pela integrante do Comitê, Suzi Belarmino. a fim de saber da Servidora se a mesma possuía laudo caracterizando-a como Pessoa com Deficiência (PCD) ou se somente possuía laudo de doenças, tendo a mesma respondido que tem laudo do DETRAN, que serve para adquirir carro, da Receita Federal, além dos laudos do Sistema Único de Saúde – SUS. Alegou que tudo está nos seus processos e que esses ainda estão ativos, apesar de já ter retornado às atividades na Vara. Tomando a palavra, o Desembargador Romero perguntou se a Servidora tinha comunicado ao Tribunal quanto às suas necessidades físicas e emocionais, tendo ela respondido afirmativamente. A Servidora explicou que pediu a Readaptação, mas foi indeferido com a alegação de não haver cargo compatível.

Informou que a Junta Médica foi favorável e que têm laudos de muitos anos, não sendo nada recente. A integrante da GEVID, Daniela, informou onde estavam localizados os Processos da Servidora, dizendo que a mesma é acompanhada pela referida Gerência, bem como os Processos são bem instruídos. Daniela acrescentou que além das questões emocionais que produzem uma desorganização, existem as questões físicas que atrapalham, pois a mesma precisa fazer uma cirurgia no ombro, mas que não está sendo possível, já que no atual momento é considerada uma cirurgia eletiva. Dr. Euler disse que se solidariza com a enfermidade de quem tem Fibromialgia, pois a enfermidade é estigmatizada pela dificuldade de constatação, além de ter tecido comentário quanto ao fato dela também ter Hérnia de Disco. Completou dizendo que é muito favorável ao teletrabalho, pois pode ser que dê para atenuar o problema dessas pessoas. A palavra foi passada para Marieta, Gerente da Engenharia, que alertou para as doenças como as possuídas pela Servidora, pois não são perceptíveis e, por isso, devemos abraçar essas causas. Atualmente, está comparecendo ao Fórum uma vez por semana e que a Juíza a deixou responsável por apenas 01 dígito. Conclui seu depoimento dizendo que, talvez, esse seja o caminho, solicitando que isso fique determinado, a fim de não haver mudança dessa decisão com a chegada de novos Juízes. A integrante do Comitê, Daiane, informou que a ESMA trabalha com Projetos Educativos e abordará essa temática nos processos formativos, principalmente quanto à invisibilidade de certas doenças.

Prosseguindo com a atividade, passou-se à oitiva da segunda Servidora, após explicação do Des. Romero no que tange às ações do TJ sobre Acessibilidade. A segunda Servidora iniciou declarando que já havia se comunicado com Daniela, pedindo para ter esse momento com o tão bem falado Comitê. Declarou que é Deficiente Monocular. Relatou que no momento que o Tribunal iniciou o processo de Virtualização da Justiça, e que isso se deu de forma mais proeminente há cerca de 04 anos, ela estava fora de Cartório. Informou que trabalhou como Assessora, porém, tendo em vista ter contraído COVID, além de sua gravidez, não aguentou a assessoria, e foi lotada numa Vara diferente da sua Vara de origem. Sugeriu que, antes de lotar servidores, deve ser verificada a anotação existente na ficha funcional, a fim de observar as peculiaridades. Além disso, sente-se bastante pressionada para cumprir as atividades de modo igualitário aos demais, alegando que não há compreensão de que existe uma limitação para a pessoa com deficiência. Concluiu sugerindo que, antes de haver Relotação, haja parecer da Junta médica. Após a conclusão da Servidora, Dr. Euler ressaltou a importância da sugestão trazida pela referida Servidora quanto aos Chefes serem informados das necessidades e deficiências que algum/a Servidor/a tenha. Acrescentou, ratificando o que já havia sido sugerido pelo Des. Romero durante a oitiva da primeira Servidora, sobre a necessidade da Gerência de Pessoas se posicionar quanto às aptidões e necessidades do/a Servidor/a, bem como que possa existir uma ficha médica básica para que a Chefia imediata tenha acesso, a fim de dar o melhor encaminhamento ao caso. Ainda, Dr. Euler disse que a modalidade do teletrabalho é ideal, haja vista a possibilidade de ponderar as atividades, agradecendo a contribuição que a Servidora trouxe, a partir de sua ótica, quanto à criação de ficha informativa das necessidades e aptidões do/a Servidor/a. A palavra foi passada para Daniela, GEVID, informando que o Tribunal já possui esse sistema de informação e todo processo que passa no Setor Médico, faz-se o registro.

Existe um sistema chamado “EGP” onde são anotadas as informações médicas, resguardando a confidencialidade, e esse serviço não pode ser delegado a terceiros, uma vez que existe um Setor com tal finalidade. Porém, precisa que o Setor Médico seja provocado para que a resposta seja dada. Retomando a palavra, Dr. Euler sugeriu que se tenha uma outra forma de visualizar alguns pontos simples, sem expor o sigilo das informações, a fim de que a chefia possa orientar as atividades que o/a Servidor/a possa desempenhar. Daniela, sugeriu que a avaliação das capacidades e das aptidões precisam ser vistas pelo especialista, pela equipe médica, mas que poderia ser revista alguma prática. Passada a palavra para o Des. Romero, disse que se faz necessário identificar na ficha funcional uma informação de que o/a Servidor/a tem deficiência e qual é essa deficiência, após apreciação da Junta Médica, a fim de que se possa fazer a adequação e encaminhamentos necessários.

Retomando a palavra, Carol informou o ingresso do Gerente de Controle Interno, Sidney, acompanhado da equipe, que é composta por Renata Teixeira e Luciana. Tendo sido passada a palavra para Sidney, o mesmo informou que pediu esse momento com o Comitê para apresentar o trabalho da Auditoria, que é coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no que tange à Acessibilidade Digital. Disse que, inicialmente, essa Auditoria teria um escopo mais amplo, abarcando a Acessibilidade Física e Digital, mas, devido à pandemia, o Comitê Permanente de Governança do CNJ foi unânime em dizer que esse trabalho de Auditoria, para este ano, seria limitado à Acessibilidade Digital. Explicou que os três (Sidney, Renata e Luciana) fazem o trabalho de Auditoria Operacional, que é diferente da Auditoria de Conformidade, haja vista aquela visar a avaliação da possibilidade de melhoria no sentido de ajudar o Órgão a checar o aperfeiçoamento dos seus processos, dos seus procedimentos, das suas rotinas, do seu arcabouço normativo, além de outras coisas. Sidney apresentou o material do CNJ sobre essa Auditoria, tendo esse material sido disponibilizado no grupo do WhatsApp deste Comitê com o nome “Plano de trabalho ACA 2021 VF”.Disse que esse Plano é um paradigma do CNJ, e que já fez as adequações, conforme necessidade do TJPB. O Plano apresenta as diversas legislações, com destaque para o novo dispositivo, a Resolução nº 401/2021 do CNJ, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão. Também será utilizado o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), como paradigma do desenvolvimento dos trabalhos de Auditoria. Explicou que o objetivo da Auditoria é avaliar no âmbito do Tribunal a acessibilidade digital, especialmente as medidas que estão sendo adotadas para cumprimento das exigências da Lei 10.098/2000 e do Decreto 5.296/2004, além da Resolução nº 401/2021. Apesar desses trabalhos serem coordenados pelo CNJ, a sua execução é local, e como resultado dos trabalhos será feito um relatório contendo os achados relevantes da Auditoria, recomendações e memorial de imagem dos casos prioritários, além do sumário executivo, ou seja, um documento mais sintético a serem encaminhados à alta administração, a critério da Unidade de Auditoria. Também explicou que tem o dever de encaminhar ao CNJ a resposta do questionário eletrônico, que ainda não foi disponibilizado para a equipe, visando consolidar os resultados dos trabalhos das Auditorias no âmbito do Poder

Judiciário, através da elaboração de um painel pelo CNJ. Esse serviço se destina a permitir acessibilidade para Magistrados, Servidores e jurisdicionados, garantindo o acesso autônomo às pessoas com deficiência. Informou que, por recomendação do Presidente do TJPB, Des. Saulo Benevides, a equipe já está em contato com áreas que podem contribuir com a melhoria da acessibilidade, inclusive já teve reunião prévia com Ney - DITEC. Tomando a palavra, Suzi disse que sabe dizer o que não funciona, mas não sabe como resolver o problema para sua acessibilidade completa, acrescentando que conhece Consultores que sabem o que poderia ser feito para resolver a citada questão. Completou dizendo que, embora o Des. Romero tenha dito que precisamos apresentar o defeito para que possa ser pensada a solução, esta última vai ser pensada por quem enxerga, por quem consegue clicar no mouse, por quem não tem essa mesma dificuldade e, por isso, às vezes é preciso que a pessoa que passa pela dificuldade demonstre como acontece a falta de acessibilidade. A palavra foi retomada por Sidney, dizendo que a vantagem da Auditoria Operacional é que ela visa buscar parâmetros de mercado, e o trabalho da equipe no TJPB poder ser mais amplo do que propôs o CNJ, pois a equipe tem a liberdade de avaliar instituições no estado da Paraíba que contribuem para a melhoria da acessibilidade digital e que poderão servir para a proposição e melhoria ampla desse trabalho. Acrescentou que uma das atividades é ouvir as pessoas com deficiência, tendo Suzi ressaltado essa importância citando o slogan das pessoas com deficiência: “Nada sobre nós sem nós”. Sidney completou dizendo que a equipe está aberta às sugestões, pois o objetivo não é apontar apenas as falhas, mas agregar valor ao trabalho em prol da melhoria desse processo. Continuou discorrendo sobre o cronograma de trabalho proposto pela equipe do CNJ, e que, oficialmente, nesta reunião do Comitê já iniciavam esse trabalho de Auditoria. Solicitou ao Des. Romero que, caso apontasse algum problema que tivesse solução simples, já fosse reportado, a fim de que o relatório a ser apresentado ao CNJ, com data para o dia 30 de setembro de 2021, identificasse os achados e as possíveis soluções encontradas, incluindo as já sanadas. O Des. Romero perguntou a Sidney se vai ser lançado questionário para esses achados, tendo este respondido que há um caminho a ser percorrido e, como exemplo, leu um roteiro que pede para saber o que tem, o que não tem e o que falta para ser efetivado, dizendo que isso ainda será apresentado. Porém, eventualmente, o Comitê pode se pronunciar no sentido de dar atenção a algum ponto em especial, já que o princípio da Auditoria é a independência, e concluiu a participação na reunião dizendo que, no curso do trabalho da Auditoria, caso possa haver ampliação do trabalho para agregar, assim será feito.

ENCAMINHAMENTOS:

- Des. Romero – para a primeira Servidora será analisado o processo que está na DIPRO, a fim de verificar a readaptação e redução da carga horária de trabalho, após parecer médico.

Também sugeriu que fosse feito levantamento do/as Servidore/as que têm algum tipo de deficiência para ser encaminhado o Laudo à GEVID, bem como solicitar à Gerência de Pessoas que seja feita a marcação na ficha funcional

- Daiane – abordar a temática no Projeto Educativo da ESMA e promover webinário no mês de agosto para divulgar o questionário que será disponibilizado pela Auditoria Operacional, pois é de fácil acesso e fica gravado no Youtube

- Daniela (GEVID) – solicitar à DITEC que crie campo na ficha funcional, em vermelho, como alerta para algo que precisa ser observado

- Agendou-se o dia 24 de agosto do corrente ano, às 9h, o terceiro encontro do projeto-piloto para o atendimento dos respondentes escolhidos.

Nada mais havendo a tratar, o Des. Romero encerrou a reunião. Eu, Ana Caroline Leal Vasconcelos, secretariei os trabalhos, digitei e assinei.

ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA:46821122

Assinado de forma digital por ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA:46821122
Dados: 2021.07.29 18:38:54 -03'00'

Desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
Presidente

Marieta Dantas Tavares de Melo
Gerência de Arquitetura – Membro

Daniela Menezes
Em substituição na Gerência de Qualidade de Vida

Daiane Lins da Silva Firino
Pedagoga da ESMA – Membro

Maria do Socorro Belarmino de Souza
Pedagoga - 2ª Vara da Infância e Juventude de João Pessoa - Membro